

Posteriormente, esteve na posse de José Bento Pinto e sua mulher, mas em 20 de Janeiro de 1955, foi lavrada a escritura de compra deste Palácio pela Câmara Municipal de Lisboa. Finalmente, foi restaurado em 1996 pela autarquia, para instalar nas suas dependências a Bedoteca de Lisboa, a qual conta ainda com uma Biblioteca Municipal³³.

Palácio dos Coruchéus (Rua Alberto de Oliveira, sem número de polícia - Freguesia do Campo Grande): Situado num troço hoje desaparecido da Rua Aboim Ascensão (anteriormente chamada de Azinhaga dos Coruchéus), actualmente Rua Alberto de Oliveira. É considerado uma construção representativa da arquitectura dos princípios do séc. XIX, sugerindo, contudo, forte possibilidade de remontar ao século XVIII. Segundo a tradição, a casa terá sido mandada erigir pelo Filipe II de Espanha para albergar uma das suas concubinas e ao longo do séc. XIX, a quinta encontrava-se na posse da família Velho de Moscoso³⁴.

Segundo informação datada de 1945, a 2ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa indica uma lista completa de ocupantes, sendo a actriz Maria das Neves, inquilina de um prédio de dois pavimentos, outros nove inquilinos ocupando cada um uma casa com uma divisão e ainda Manuel Jorge Mendes Júnior como ocupante da parte rústica³⁵.

A passagem da propriedade para posse da autarquia, veio na sequência da expropriação, por escritura de 16 de Março de 1945, e o arrendamento do prédio urbano da quinta, é objecto de um contrato datado de 14 de Junho de 1938. Há, no entanto, um requerimento de cessação de contrato por parte de Maria das Neves em 13 de Julho de 1946, e outro de aluguer em Agosto do mesmo ano, mas a Câmara Municipal de Lisboa indefere-o, dado o mau estado de conservação do edifício. O imóvel não oferecia condições de ser habitado, devendo ser totalmente demolido, pois apresentava perigo iminente de derrocada, sendo, no entanto, sujeito a obras por parte dos proprietários. Em 1946, é objecto de utilização como depósito de vários espólios para os quais não havia local apropriado, sendo guardada no palácio em situação precária parte dos figurinos e adereços do Cortejo histórico de 1947 (comemorativo do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros) e de algumas marchas populares. Segundo refere Salete Salvado, "*Esta situação mantém-se até aos anos 60, só terminando quando, tendo sido recuperados os cómodos da Quinta do Policarpo, os materiais puderam ser para ali transportados*"³⁶.

³³ Informação amavelmente prestada pelo Departamento de Património da Direcção Municipal de Finanças e Património da Câmara Municipal de Lisboa.

³⁴ Ver: SALVADO, Salete, "Coruchéus", in SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, pp. 316-318.

³⁵ Ver: Idem, *Ibidem*, p. 316.

³⁶ Ver: Idem, *Ibidem*, p. 317.

Foi então decidido, entre 1960 e 1970, um destino apropriado para o palácio, e a Câmara assume a responsabilidade de dotar a cidade de um centro cultural pluridisciplinar e harmoniosamente organizado e integrado na malha urbana. Em 1967, "(...) foi elaborado pelo Sr. Arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães um projecto de adaptação do Palácio dos Coruchéus, para instalação de salas de exposições, conferências e biblioteca, e do respectivo arranjo envolvente, englobando «ateliers» para artistas"³⁷.

Em 1971, foi inaugurado o Centro de Artes Plásticas dos Coruchéus e desactivada a biblioteca especializada por falta de consulta, a qual mais tarde, foi instalada no edifício da extinta 4ª Repartição - Acção Cultural da Direcção de Serviços Centrais e Culturais, funcionando ainda o primeiro andar como galeria de exposições. Finalmente, em 1989 e 1990, com uma nova estrutura de serviços da Câmara Municipal de Lisboa, ficou instalado no edifício o Departamento de Património Cultural com a sua Secção de Apoio Administrativo e duas das suas divisões³⁸.

Palácio da Quinta dos Lilazes (Alameda das Linhas de Torres, nº 198 - Freguesia do Lumiar): É um edifício romântico, integrado numa propriedade que começou por ser uma pequena casa de habitação em 1886, pertencente a Francisco César Batalha. Na transição dos sécs. XIX-XX, Francisco Mantero e Velarde, (notável empresário colonial na província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, onde viveu muitos anos) decidiu comprá-la. Segundo refere Julieta da Cunha Gonçalves, "*Com alguns terrenos que foram desanexados da «Quinta das Flores», além de outros que comprou e mais uma faixa de terreno que foi buscar à sua «Quinta das Conchas», Francisco Mantero fez em 1897 a «Quinta dos Lilazes», que durante um quarto de século não parou de engrandecer e alindar. A quinta confrontava: a poente com a então chamada Rua do Lumiar (também chamada Estrada do Lumiar e Alameda do Lumiar), a norte com a «Quinta das Flores», de Jesuína Romana Rodrigues, e com a Quinta de Pimentel Leão, a nascente com a vinha de Aurora Francisca Ribeiro Ferreira e a sul com a «Quinta das Conchas» que também pertencia a Francisco Mantero*"³⁹.

A habitação pertencente a esta quinta sofreu grandes alterações em 1914, tanto nos seus interiores como na fachada, que manteve o mesmo aspecto até à actualidade. Em 1963, foi efectuada uma vistoria ao imóvel e seus anexos, concluindo-se que os mesmos

³⁷ Ver: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, acta nº 383, sessão ordinária de 22 de Março de 1967, p. 18-19, "(...) Considerando a vantagem que haveria em dotar a cidade de Lisboa com uma sala de exposições de obras de artistas plásticos, condignamente instalada (...) uma sala de conferências (...) considerando que existe, entre o Campo Grande e o Bairro de Alvalade, o antigo Palácio dos Coruchéus, pertencente ao património municipal, susceptível de ser adaptado para os fins indicados nos considerados anteriores (...) as obras implicavam a adaptação do Palácio dos Coruchéus o qual seria restaurado. Ali instituir-se-ia uma biblioteca especializada, salas de exposições e salas de convívio; próximo um jardim, um restaurante e rodeando toda a praça, uma série de edifícios destinados a "ateliers de artistas"(...)".

³⁸ Ver: SALVADO, Salette, *art. Cit.*, in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, pp. 318-319.

³⁹ Ver: *Idem. Ibidem*, p. 757.